

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.181 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2000

CAE vota fundo para desenvolvimento das telecomunicações

Projeto que cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel) está na pauta da reunião de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos. Objetivo é ampliar a competição entre as indústrias do setor, estimular o avanço tecnológico e fomentar a geração de empregos.

PÁGINA 4



Arruda conclama a Câmara a votar projetos sobre partidos e coligações



Ramez Tebet considera urgente a definição da fidelidade partidária

Arruda e Tebet pedem pressa na aprovação da reforma política

PÁGINA 6



Depois de ouvir Malan, a Comissão de Orçamento deve começar a fase de emendas e votação do Orçamento de 2001

Malan explica hoje números do Orçamento ao Congresso

Em encontro aberto ao público, ministro abordará temas como as estimativas de inflação e de crescimento e reajuste do salário mínimo

Em encontro aberto ao público, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, explica hoje, às 15h, à Comissão Mista de Orçamento por que o Orçamento da União para 2001 trabalha com uma inflação média de 5,86%, crescimento de

4% da economia e reajuste do salário mínimo de 5,57%. Malan é o primeiro integrante do governo que a comissão ouve publicamente antes de iniciar a fase de emendas e votação do Orçamento federal para 2001.

PÁGINA 3



Marina Silva (à esquerda) participou da abertura do fórum promovido pelo Banco Mundial para debater o combate à pobreza

MARINA E SIMON PARTICIPAM DE FÓRUM SOBRE COMBATE À POBREZA

A senadora licenciada Marina Silva defendeu ontem no fórum O Ataque à Pobreza, promovido pelo Banco Mundial em Brasília, uma nova ética nas políticas econômicas. O senador Pedro Simon, designado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para representá-lo no evento, sugeriu que os organizadores debatam o tema com uma comissão de parlamentares.

PÁGINA 8



"É chegada a hora de poupar água", afirma o senador Júlio Eduardo

Júlio Eduardo quer debate sobre o uso sustentável da água

PÁGINA 5

Senado faz lançamentos na Bienal do Livro de Fortaleza

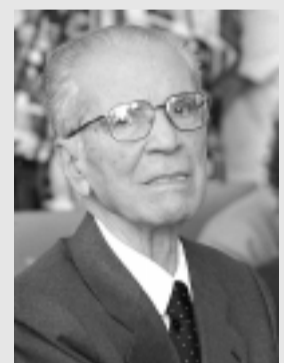
PÁGINA 8



PSDB indica representantes na comissão

A bancada do PSDB no Senado indicou ontem seus representantes na CPI do Futebol: os senadores Álvaro Dias, Antero Paes de Barros (titulares) e José Roberto Arruda (suplente).

PÁGINA 4



Ex-senador, ex-governador e ex-ministro, Ney Braga morreu aos 83 anos

Plenário aprova voto de pesar pela morte de Ney Braga

PÁGINA 2

Ademir quer reduzir custos da desapropriação de terras

Projeto objetiva, segundo o senador, evitar “verdadeiro assalto aos cofres públicos” nas indenizações por imóveis destinados à reforma agrária

Projeto de lei complementar apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) objetiva reduzir os custos dos processos de desapropriação para fins de reforma agrária, acabando com a incidência de juros compensatórios e dos valores arbitrados para a cobertura florestal nas indenizações. O projeto está prestes a ser votado no Plenário do Senado, aguardando apenas inclusão na Ordem do Dia.

Para Ademir, a matéria visa prevenir “verdadeiro assalto aos cofres públicos”, diante de sentenças judiciais que atribuem valores milionários aos proprietários de terras desapropriadas. A proposta já foi aprovada pelas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de



Projeto de Ademir aguarda inclusão na Ordem do Dia

Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Em seus pareceres, os senadores José Fogaça (PMDB-RS) e José Eduardo Dutra (PT-SE), relatores da matéria na CCJ e na CAE, acompanharam o entendimento de Ademir Andrade, ponderando que a desapropriação de terras por interesse social, para efeitos de reforma agrária, exclui, por definição, as propriedades produtivas e as pequenas e médias propriedades.

Na defesa de sua tese de exclusão da cobertura florestal para o cálculo da indenização pela desapropriação das terras, o senador Ademir Andrade argumenta que incluir a cobertura vegetal nesse cálculo é “uma ofensa ao caráter socialmente funcional a que a propriedade

moderna se configura”.

— Provado que as espécies vegetais que integram o imóvel são de uso doméstico, por exemplo, não sofriam exploração econômica, ou mesmo que a vegetação é de formação espontânea, não decorre de investimento relevante do homem, não existe razão para sustentar sua conversão em indenização, salvo manifesto interesse em se locupletar via erário — destaca.

A inclusão de juros compensatórios nas sentenças judiciais de indenização, por outro lado, é igualmente indevida, no entender do senador. Ele observa que, se um imóvel rural não cumpre sua função social e não é produtivo, não há o que compensar ao seu proprietário em razão da tomada de posse antecipada exatamente para que se inicie a correta destinação da terra.

Senado manifesta pesar pela morte de Ney Braga

O Senado aprovou requerimento de voto de pesar pelo falecimento, aos 83 anos, do ex-senador e ex-governador do Paraná Ney Braga, ocorrido na manhã de ontem. O autor da proposta, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), mesmo tendo sido adversário político de Braga, salientou a importância do ex-governador no processo de desenvolvimento do Paraná. O requerimento também foi subscrito pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Nascido em 1917, em Lapa (PR), militar de carreira, Ney Aminthas de Barros Braga foi governador do estado por dois mandatos, senador (1967-74), prefeito de Curitiba e deputado federal. Ocupou os ministérios da Agricultura (governo Castelo Branco) e da Educação (governo Geisel).



Ney Braga foi governador, senador e ministro

Antonio Carlos vai ao enterro do filho de Flecha de Lima

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, acompanha hoje, em Belo Horizonte, o enterro de Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior, filho do embaixador do Brasil em Roma e da embaixatriz Lúcia Flecha de Lima, falecido ontem, em Brasília.

— De minha parte, como amigo, estou muito chocado. Conhecia o Paulinho há mais de 30 anos, era como se fosse uma pessoa da minha própria família. Ele estava doente há mais de quatro meses e, embora se esperasse pelo desenlace, todos nós sofremos muito quando isso acontece — disse Antonio Carlos.

O corpo está sendo velado na Academia Mineira de Letras, e o sepultamento será às 11h de hoje, no cemitério de Bonfim, na capital mineira.



ACM lamenta morte de Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 17 DE OUTUBRO DE 2000

Presidente
Antonio Carlos Magalhães

15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 77/95, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Treze de Junho para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mantena (MG); PDL nº 112/99, aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Tupi para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curitiba (PR); PDL nº 123/2000, aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaratuba (PR); Requerimento nº 511/2000, do senador Bello Parga, solicitando que sobre o PLC nº 44/2000, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania; e Requerimento nº 513/2000, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 73 e 203, de 2000, com os de nºs 122, 131, 198, 223 e 356, de 1999, e 18, de 2000, que já se encontram apensados, por versarem sobre a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 47/99, institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel); PR nº 39/99, que convalida os atos praticados com base nas autorizações concedidas pelas resoluções 44 e 45, de 1998, do Senado e fixa critérios para a renovação das obrigações financeiras vincendas; Mensagem nº 123/2000, que solicita ao Senado seja autorizada a elevação do limite de endividamento da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em R\$ 3,3 bilhões, a serem destinados ao alongamento da dívida, sem aumento do endividamento total, sendo R\$ 2,2 bilhões a serem contratados no corrente exercício e R\$ 1,1 bilhão em 2001; PLS nº 533/98, que fixa normas para a cooperação entre os entes federativos com vistas ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional; PLC nº 11/2000, que dispõe sobre o aumento de capital nas empresas públicas ou sociedades de economia mista sob o controle da União; PLC nº 2/2000, que dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; PLS nº 460/99, altera o artigo 20 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros, para incluir entre os seguros obrigatórios o seguro de garantia das obrigações das administradoras de consórcios; PLS nº 601/99, que dispõe sobre isenção de custos na emissão do CPF para desempregados e cidadãos de baixa renda; e PLS nº 379/99, altera os artigos 15 e 17 do Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados e regula as operações de seguros e resseguros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLS nº 151/2000, que dispõe sobre o acesso a informações da Internet; PLS nº 505/99, que inclui conteúdos de Educação Ambiental nos currículos da educação básica e superior; PLS nº 286/99, que dispõe sobre a inclusão de legenda oculta na programação das emissoras de televisão, fixa cota mínima de aparelhos de televisão com circuito de decodificação de legenda oculta; PLS nº 69/2000, que determina a obrigatoriedade do uso do Sistema de Legendamento Oculto na Veiculação de Mensagens do Poder Público pelas Emissoras de Televisão; PLS nº 140/2000, que denomina Rodovia Otávio Corrêa de Melo, trecho da BR-401 (RO); PLC nº 26/2000, altera dispositivos da Lei nº 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão de sons e imagens. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

14h30 — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan.
18h — Pauta: apreciação dos relatórios apresentados aos subtítulos com indícios de irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, listados no Quadro III anexo à Lei nº 9.969/2000 — Lei Orçamentária para 2000; apreciação dos relatórios apresentados aos projetos de Lei nºs 2, 24 e 28, de 2000-CN; apreciação do relatório apresentado às contas do presidente da República ao exercício financeiro de 1995; apreciação dos relatórios apresentados ao PL nº 37/2000-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Cultura, crédito suplementar no valor de R\$ 17 milhões para reforço de dotações consignadas no vigente orçamento; e os requerimentos do deputado Virgílio Guimarães, solicitando que seja convidado a comparecer no plenário da comissão o ex-secretário da Presidência da República, Eduardo Jorge Caldas Pereira, e dos deputados Gilmar Machado, João Caser e João Grandão solicitando a criação de subcomissão destinada a apurar desvios de verbas destinadas à merenda escolar. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

15h — CPI do Roubo de Cargas

Pauta: depoimentos de Genésio Bernardino de Souza, diretor do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem, e Álvaro Henrique Vianna Novaes, diretor da Polícia Rodoviária Federal. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Malan explica números do Orçamento ao Congresso

Ministro da Fazenda é o primeiro integrante do governo a ser ouvido em reunião pública pela Comissão Mista antes de iniciar a fase de emendas e votação da proposta orçamentária para 2001

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparecerá hoje, às 15h, à Comissão Mista de Orçamento, para explicar por que o Orçamento da União para 2001 trabalha com uma inflação média de 5,86% (IGP-DI da FGV), crescimento de 4% da economia e reajuste do salário mínimo de 5,57%. O encontro será aberto ao público.

O convite ao ministro foi feito pelo presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), depois que as consultorias de Orçamento e Fiscalização da Câmara e do Senado apontaram em uma nota técnica problemas no projeto orçamentário, entre eles o preço médio de US\$ 24,60 pelo barril de petróleo ao longo do próximo ano, valor considerado baixo. As mesmas consultorias observaram ainda que o Orçamento não leva em consideração o aumento da inflação ocorrido nos meses de junho, julho e agosto últimos, decorrente de reajustes de tarifas públicas e de preços dos combustíveis.

Malan é o primeiro integrante

do governo que a comissão ouve publicamente antes de iniciar a fase de emendas e votação do Orçamento 2001. A portas fechadas, o comitê de deputados e senadores que examina as receitas ouviu o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Guilherme Dias, e o secretário de Orçamento e Finanças do mesmo ministério, Waldemar Giomi.

Depois de ouvir o ministro da Fazenda, a Comissão de Orçamento voltará a se reunir, a partir das 18h, para discutir o parecer de parlamentares que investigaram, junto ao Tribunal de Contas da União, irregularidades em 13 obras incluídas no Orçamento deste ano. Consta ainda da pauta a apreciação de quatro solicitações de créditos para os ministérios e a votação de um parecer do deputado João Leão (PSDB-BA) sobre a prestação de contas de 1995 do presidente da República.

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), informou ontem



Pedro Malan (foto menor) fala hoje à Comissão de Orçamento sobre os números contidos na proposta para 2001

que o relatório parcial sobre receitas que deveria apresentar amanhã depende "de um acerto de contas entre o Ministério do Planejamento e a Secretaria da Receita Federal". Ele disse que os valores apresentados pelo secretário Everardo Maciel ao comitê de receitas da Comissão Mista, em reunião na semana passada, "divergem dos números contidos no Orçamento". Assim, Amir Lando espera que o ministério e a

secretaria "se entendam primeiro antes de enviar ao Congresso a reavaliação que vêm fazendo". Só depois de receber os novos números ele pretende apresentar seu relatório parcial.

O senador já antecipou que rejeitará a previsão do Executivo de utilizar R\$ 1,4 bilhão da cobrança de previdência dos inativos federais, pois dificilmente uma emenda constitucional sobre o assunto seria votada a tem-

po. Amir Lando recomendará ao Congresso que aprove, com urgência, duas propostas de emenda constitucional: uma para cobrar Imposto de Renda dos fundos de pensão e outra para permitir à Receita Federal solicitar à Justiça a quebra de sigilo bancário de pessoas que fazem grandes movimentações financeiras, mas não dispõem de patrimônio compatível ou não fazem declaração de rendimentos.



Comissão presidida pelo senador Romeu Tuma retoma as audiências públicas sobre roubo de cargas

CPI ouve diretores do DNER e da Polícia Rodoviária Federal

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em rodovias, ferrovias e rios em todo o país ouve hoje, às 15h, os depoimentos do diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Genésio Bernardino de Souza, e do diretor da Polícia Rodoviária Federal, Álvaro Henrique Vianna Novaes. A CPI retoma assim a série de audiências públicas que vinha realizando antes das eleições mu-

nicipais.

Presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), a CPI funciona há quatro meses e teve o prazo para o término de seus trabalhos estendido por mais um ano. Em novembro a comissão deverá iniciar uma série de visitas aos estados. O primeiro da lista é São Paulo, onde ocorre pelo menos a metade dos roubos de cargas em rodovias, de acordo com a Confederação Nacional dos Transportes.



CE examina projeto que estabelece controle sobre a evasão escolar

De dois em dois meses, as escolas de ensino fundamental e médio terão que enviar ao Conselho Tutelar do município e ao juiz competente da comarca a relação dos alunos com 25% de faltas não justificadas. Essa regra prevalecerá se o Senado aprovar o projeto de lei da Câmara dos Deputados que será examinado hoje, às 11h30, pela Comissão de Educação (CE).

A proposta, que tem voto favorável da relatora, senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O senador Edison Lobão (PFL-MA) já antecipou que apresentará voto em separado. Segundo ele, o projeto é desnecessário e inoportuno.

Com parecer favorável do relator, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), a CE também deverá votar projeto de lei que determina aos provedores da Internet a manutenção de registros de todas as conexões realizadas pelo período mínimo de três anos.

Através de emenda, o relator propõe que as informações referentes aos usuários e às conexões somente poderão ser fornecidas às autoridades judiciais e policiais mediante solicitação própria, dirigida ao órgão regulamentador dos serviços de telecomunicações.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) vai apresentar parecer favorável ao projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que obriga as emissoras de

televisão a incluir legendas nos programas, em benefício dos deficientes auditivos. Em seu relatório, Simon opina pela rejeição de projeto similar do senador Luiz Pontes (PSDB-CE).

A pauta da reunião da CE inclui ainda projeto de lei que denomina Rodovia Luiz Otávio Corrêa de Melo um trecho da BR-401, em Roraima, e cinco projetos de decreto legislativo que tratam de concessões para rádios e televisões.



Comissão de Educação também aprecia projeto que determina aos provedores da Internet a manutenção de registros das conexões

CAE vota criação do fundo de telecomunicações

Proposto para estimular o desenvolvimento tecnológico, criar empregos e aumentar a competitividade no setor, o fundo será formado sobretudo com recursos arrecadados por meio das autorizações para prestação de serviços de comunicação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje, a partir das 10 horas, projeto do Executivo que cria o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (Funttel). O fundo tem como objetivos ampliar a competição das indústrias de telecomunicações instaladas no país, estimular a pesquisa e o desenvolvimento de novas tecnologias e fomentar a geração de empregos.

O relator da matéria, senador Wellington Roberto (PMDB-PB), é favorável à aprovação da matéria por entender que o projeto facilitará o desenvolvimento tecnológico das telecomunicações. Além disso, como observou ele, a iniciativa será um incentivo à capacitação de recursos humanos. A proposta, caso aprovada pela CAE, seguirá para exame da Comissão de Educação do Senado.

O Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações vai ser administrado por um conselho e terá como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Empresa Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O



A Comissão de Assuntos Econômicos também examinará pedido encaminhado pelo governo para elevar o limite de endividamento da Petrobras

patrimônio inicial do novo fundo será composto por transferência de R\$ 100 milhões do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

O projeto, já aprovado pela Câmara, estabelece que a principal fonte de receita do Funttel será o recolhimento de 0,5% do produto da arrecadação com concessões, permissões e autorizações de serviços de telecomunicações e de uso de radiofrequências. Outra fonte é a arrecadação bruta de eventos participativos, realizados por meio de ligações telefônicas. O valor estipulado nesse caso é de 1%.

Na mesma reunião, a CAE, presidida pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), aprecia proposta do Executivo destinada a elevar o limite de endividamento da Petrobras em R\$ 3,33 bilhões. O objetivo da solicitação, segundo a direção da Petrobras, é reduzir o que classifica de exposição da empresa às incertezas dos mercados de crédito internacional e adequar o perfil de suas dívidas ao tempo de retorno de seus investimentos.

Dois projetos de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que tratam de seguros, também

serão apreciados pela CAE. O primeiro cria um instrumento legal capaz de assegurar a entrega de bens às pessoas que fazem parte de consórcios e o segundo institui o seguro agrícola

Constam da pauta ainda projetos do senador Luiz Pontes (PSDB-CE), que proíbe a cobrança de taxas na emissão do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para desempregados e pessoas de baixa renda, e da ex-senadora Luzia Toledo, que cria uma espécie de parceria entre municípios, estados e a União para combater as desigualdades regionais.

Parlamentares tchecos fazem hoje visita ao Senado

Uma delegação de senadores da República Tcheca estará no Senado hoje. Às 11h30, eles serão recebidos pelo primeiro vice-presidente da Casa, senador Geraldo Melo (PSDB-RN), e, em seguida, pelo presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB). O objetivo principal da visita é estreitar as relações comerciais e culturais entre os governos brasileiro e tcheco.

Os contatos para a visita dos senadores tchecos ao Brasil foram feitos diretamente entre o embaixador daquele país Ladislav Skerik e o senador Ney Suassuna, que agendou algumas audiências com os órgãos do governo — entre eles, o Ministério do Desenvolvimento e o Ministério de Minas e Energia. A delegação é comandada pelo presidente da Comissão de Fazenda, Agricultura e Transporte, senador Jaroslav Petrik, e é integrada ainda pelos senadores Mirek Topolánek e Karel Korytar, todos membros da comissão.

Na semana passada, o senador Ney Suassuna recebeu uma delegação da Líbia para discutir o estreitamento das relações comerciais entre os dois países. “É uma atribuição nova para a nossa Comissão de Assuntos Econômicos”, afirmou o presidente da CAE. Suassuna acredita que essas visitas podem render bons frutos para o Brasil.

Projetos sobre FGTS podem ter tramitação conjunta

O Plenário do Senado analisa hoje pedido de tramitação conjunta de oito projetos que ampliam a possibilidade de saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Os projetos permitem o uso do FGTS para pagar mensalidades escolares de ensino médio ou superior ou dívidas do crédito educativo. O requerimento de tramitação conjunta é de Osmar Dias (PSDB-PR).

Também será votado requerimento de Bello Parga (PFL-MA) para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seja ouvida sobre projeto que trata da integração social dos portadores de deficiência e da tutela jurisdicional dos interesses coletivos dessas pessoas.

Na mesma sessão, serão votados decretos legislativos que autorizam o funcionamento da Rádio Treze de Junho, de Mantena (MG), da Rádio Universo, de Curitiba (PR) e da Rádio Comunitária Alternativa, de Guaratuba (PR).



Álvaro e Antero serão os membros titulares do PSDB na comissão

O líder do PSDB, senador Sérgio Machado (PSDB-CE), encaminhou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), os nomes dos senadores do partido que integrarão a CPI do Futebol.

Foram escolhidos como titulares os senadores Álvaro Dias (PR) e Antero Paes de Barros (MT). O senador José Roberto Arruda (DF), líder do governo no Senado, foi indicado pela liderança do PSDB como membro suplente.

Antes de fazer as indicações, o líder do partido conversou separadamente com os senadores do PSDB. Sérgio Machado defende a investigação de todos os fatos relacionados por Álvaro Dias no requerimento que propôs a instalação da comissão parlamentar de inquérito. “Se houver irregularidades nas associações de

futebol, o Congresso deve apurar tudo e punir os responsáveis”, afirmou Machado.

Além do PSDB, o Bloco Oposição também já definiu os seus representantes na CPI do Futebol. Com a ampliação do número de membros da CPI de 11 para 13 titulares, a oposição ganhou mais uma vaga. A líder do bloco, senadora Heloísa Helena (PT-AL), indicou os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) como titulares. O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) participará da CPI como suplente.

De acordo com informações do gabinete da liderança do PMDB, o partido deverá ser representado na CPI do Futebol



Álvaro Dias



Antero de Barros

pelos seguintes senadores: Renan Calheiros (AL), Maguito Vilela (GO), Gilvam Borges (AP), Gilberto

Mestrinho (AM) e Carlos Bezerra (MT). Os senadores Ney Suassuna (PB), Gerson Camata (ES) e Agnelo Alves (RN) deverão ser apontados pela banca como suplentes.

Em conversa com o senador Álvaro Dias, o presidente do Senado Federal reafirmou sua disposição de cumprir o Regimento e fazer as indicações que não forem feitas pelos partidos. Os nomes de todos os membros da CPI do Futebol deverão ser conhecidos até amanhã, e a comissão poderá ser instalada ainda nesta semana.



O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, receberá a delegação tcheca

Júlio Eduardo defende uso racional da água

Com o argumento de que os recursos hídricos disponíveis no mundo estão a cada dia mais escassos, senador enfatiza a necessidade de usá-los de maneira sustentável. “É chegada a hora de poupar”, resume o representante do Partido Verde

Ao advertir que as estatísticas apontam para uma escassez cada vez maior de água disponível para uso residencial, agrícola, industrial e para a geração de energia, o senador Júlio Eduardo (PV-AC) defendeu a adoção de uma forma racional de utilização dos recursos hídricos. Trata-se, a seu ver, de restaurar o equilíbrio entre consumo de água e abastecimento sustentável, o que dependerá de iniciativas que estabilizem a demanda e elevem a produtividade.

A água disponível para uso existente no planeta – 0,1% do total dos recursos hídricos – já é insuficiente para cobrir as necessida-

des da população atual do mundo, de 6 bilhões de pessoas, e, segundo o senador, condenará à “indigência hidrológica” os três bilhões de pessoas que se somarão à atual população no decorrer dos próximos 50 anos.

Para Júlio Eduardo, o fato de 12% do total de água disponível no planeta estarem no Brasil (e 81% dela na Amazônia), em vez de colocar o país em situação confortável, aumenta enormemente suas responsabilidades.

– Esse fato aumenta a nossa responsabilidade na sua utilização e no cuidado pela sua preservação e nos coloca numa posição mun-

dial bastante estratégica – enfatizou o senador.

Uma das condições para o uso responsável da água, na opinião dele, é não encarar esse recurso sob uma lógica meramente econômica e inaugurar uma nova forma de relacionamento com ele.

– É chegada a hora de poupar. Não ao desperdício é a palavra de ordem – disse Júlio Eduardo.

Após o governo ter divulgado sua intenção de iniciar o processo de transposição das águas do São Francisco, ter criado a Agência Nacional de Águas (ANA) e aprovado os nomes que compõem a diretoria do novo órgão de



Segundo o senador Júlio Eduardo, a Humanidade corre o risco de ser condenada à “indigência hidrológica”

regulação, Júlio Eduardo disse esperar que, agora, seja aberto urgentemente um amplo debate sobre o uso sustentável da água. É necessário um processo de ree-

ducação, afirmou, para que a população tome conhecimento de como o recurso água é limitado e de como é importante utilizá-lo de forma sustentável.



Lauro criticou o alto nível de endividamento do país e a incoerência entre o FHC sociólogo e o FHC presidente

Dívida brasileira deve chegar a 70% do PIB, diz Lauro Campos

O senador Lauro Campos (PT-DF) criticou ontem a política econômica do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, afirmando que “os brasileiros que estão no comando do país apenas repetem os desejos do Fundo Monetário Internacional” (FMI). Ele acrescentou que, como consequência desse atrelamento às orientações do FMI, o endividamento brasileiro deve chegar, no próximo ano, a 70% do Produto Interno Bruto (PIB), de R\$ 1,1 trilhão.

Lauro Campos afirmou que neste quadro é impossível governar o Brasil, ressaltando que essa situação acaba se traduzindo em pesados sacrifícios para a população. Ele citou como exemplo o caso dos funcionários públicos, há seis anos sem qualquer reajuste salarial. Para o senador, a situação atual, em que as perdas salariais chegam a mais de 60%, é mais cruel

do que o período em que houve inflação. “No último ano do governo José Sarney, a inflação mensal chegou a 84% ao mês, mas as pessoas tinham reposição salarial até duas vezes por mês e as perdas eram menores do que agora”, afirmou.

O senador leu em Plenário trecho do livro *As Idéias e Seu Lugar*, escrito por Fernando Henrique em 1992, criticando as políticas do FMI. No texto, o sociólogo Fernando Henrique dizia que as políticas do FMI de controle de base monetária e arrocho salarial são insuficientes para obter equilíbrio orçamentário porque não enfrentam a questão fundamental: o endividamento interno e externo. Para ele, o FMI propunha o impossível: que se pagasse a dívida e se equilibrasse o Orçamento ao mesmo tempo. “O impossível virou programa de governo de Fernando Henrique”, afirmou Lauro Campos.



Fogaça disse que só a China deve superar os US\$ 30 bilhões de investimentos externos previstos neste ano para o Brasil

Fogaça: argentinos reconhecem a recuperação da economia brasileira

O senador José Fogaça (PMDB-RS) citou artigo publicado pelo jornal argentino *El Clarin* para reafirmar seu otimismo com os rumos da economia brasileira. De acordo com o periódico, a economia do Brasil conseguiu superar os traumas verificados com a desvalorização do real, no ano passado, e hoje, volta a apresentar sinais de crescimento e recupera o seu vigor.

O jornal compara as economias brasileira e argentina. E admite a superioridade dos volumes internacionais injetados no Brasil. “Este ano, o país deverá obter um recorde em investimentos externos – cerca de US\$ 30 bilhões – o que deverá ser superado apenas pela China, em todo o mundo”, comemorou ontem o senador.

O *El Clarin*, continuou Fogaça, lamenta que a performance das finanças argentinas “não consiga gerar a mesma confiança externa”. A Argentina recebeu no último ano 16% de todos os investimentos internacionais na América Latina, enquanto o Brasil absorveu 44%.

Ainda de acordo com dados revelados pelo jornal, os números da economia bra-

sileira são mais promissores que os da Argentina. Há a expectativa de que, para este ano, as 400 maiores empresas nacionais obtenham crescimento médio de 9%, com o Produto Interno Bruto devendo ter um aumento de 4%.

– Esse resultado se deve a um crescimento de 6,5% da agropecuária, 5% da indústria e 3% do setor de serviços, o que surpreendeu os próprios analistas econômicos, que nunca imaginaram que o país conseguiria sobrepor-se, a ponto de conseguir a terceira melhor performance semestral dos últimos dez anos – disse Fogaça.

José Fogaça ressaltou ainda a independência da análise do jornal argentino, que, segundo ele, não costuma ser condescendente quando trata de assuntos brasileiros. Isso, na avaliação do parlamentar, confere maior credibilidade aos dados do *El Clarin*.

– São dados inofismáveis, imbatíveis – completou o senador Fogaça.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) discordou dessa análise, afirmando que os números publicados pelo jornal “devem ser melhor analisados”.

Requião apresenta denúncia de corrupção em Minas Gerais

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem denúncia de corrupção que envolve o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, na liberação de recursos da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e Embratur. A verba seria utilizada para o financiamento de campanhas eleitorais de candidatos a prefeitos do PSDB em Minas Gerais. Requião explicou que a denúncia partiu do proprietário do jornal *Contagem Hoje*, José Amós de Mendonça.

Requião mostrou uma gravação feita por um jornalista do *Contagem Hoje*, durante reunião entre o deputado federal Ademir Lucas (PSDB-MG) e dirigentes de jornais da cidade. Na fita, o deputado afirma que o ministro Pimenta da Veiga estaria liberando verba do governo federal para a Rede Globo e Televisão e que, na semana seguinte, sairia o restante dos recursos para vários jornais e rádios da capital e interior do estado. O deputado também afirma na gravação que o governo federal teria chamado todos os deputados que lhe dão sustentação e que cada um teve que relacionar os jornais e rádios que queria apoiar.

Segundo cópia de termo de declaração apresentada por Requião, o deputado Ademir Lucas confirmou em juízo que a voz na gravação é dele mesmo e que a reunião com dirigentes de jornais da cidade mineira de Contagem realmente ocorreu em seu escritório, no dia 19 de maio.

— É uma denúncia séria e temos que aprofundar a investigação. O processo de corrupção no gover-



Roberto Requião: "É uma denúncia séria e temos que aprofundar a investigação"

no federal não tem limite. Vamos ver que providências e respostas nos dará a Rede Globo e saber o que diz o ministro Pimenta da Veiga — disse Requião.

ORIENTE MÉDIO

Dizendo-se assustado com o drama que se desenrola no Oriente Médio, o senador também leu artigo que publicou, quando era governador do Paraná, sobre a relação de Israel com palestinos. No texto, Requião expressou sua alegria com a assinatura de um acordo de paz entre Israel e a Organização para Libertação da Palestina (OLP), reconhecendo-se mutuamente como nações.

Para o senador, o acordo renunciava uma nova era em que, rompendo tabus e superando preconceitos, os dois povos optavam pela paz. "Ao lado da queda do muro de Berlim e do fim do *apartheid* na África do Sul, o reconhecimento recíproco entre Israel e a OLP é um dos grandes fatos históricos deste final de século", comemorava Requião.

Arruda conclama Câmara a apressar reforma política

A aprovação de projetos já votados pelos senadores irá permitir que seja reduzido para cerca de dez o número de partidos políticos no país, disse

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) conclamou a Câmara dos Deputados a votar o quanto antes dois projetos de lei, já aprovados pelo Senado, que fazem parte da reforma política. Uma das propostas impõe índices de desempenho aos partidos políticos para lançar candidatos, e outra proíbe as coligações nas eleições proporcionais. Com a aprovação dos projetos, Arruda acredita que os mais de 30 partidos atualmente existentes sejam reduzidos a cerca de dez.

— Apesar de termos feito uma eleição totalmente informatizada e a mais limpa da história da democracia brasileira, continuam a existir os partidos nancos, os partidos de aluguel, que ajudam a fraudar o processo eleitoral e são usados por candidatos com chance zero para atacar adversários dos políticos que realmente controlam esses partidos — afirmou o senador.

Para Arruda, a Justiça Eleitoral foi



Arruda: partidos nancos são usados por candidatos com "chance zero" de vitória

a grande vitoriosa nas eleições municipais. Disse ainda que a urna eletrônica significou o avanço mais importante para a consolidação da democracia no Brasil. Segundo o senador, o empenho do governo federal em alocar os recursos neces-

sários à compra das urnas eletrônicas evitou a ocorrência de fraudes eleitorais. Também contribuiu para o bom andamento do processo, na avaliação do senador, a aprovação rápida dessas dotações pelo Congresso Nacional.

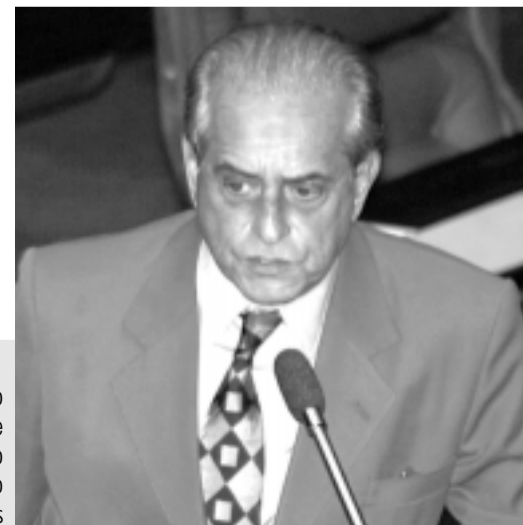
Ramez Tebet defende a aprovação urgente da fidelidade partidária

A fidelidade partidária seria o ponto principal de uma reforma política a ser votada urgentemente pelo Congresso, na opinião do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que ocupou a tribuna ontem para elogiar o trabalho realizado nas últimas eleições pela Justiça Eleitoral. Conforme disse, "a participação consciente" observada no pleito indica que o eleitor está exigindo grandes mudanças na legislação que trata do funcionamento dos partidos.

— Não há como explicar que um político que só se elegeu graças à força da legenda partidária mude de partido assim que é proclamado o resultado. Nesse caso, o mandato é do partido e não do candidato eleito — disse Tebet, que fez o pronunciamento inspirado em discurso proferido pouco antes pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). Tebet defendeu também o fim das coligações nas eleições proporcionais (para deputados

e vereadores), pelo potencial que representam para levar à indisciplina partidária. Disse ainda concordar com a tese do senador Arruda sobre a necessidade de se estabelecer uma "cláusula de desempenho" para evitar que partidos com pouca expressão eleitoral possam lançar candidatos. Arruda defendeu ainda a criação de um fundo partidário, outro ponto de

concordância com Tebet. O senador do PMDB afirmou ter observado muito interesse dos eleitores no último pleito, o que resultou em menor número de votos brancos e nulos e na maciça presença da população nos comícios. Para Tebet, o Brasil deve ter eleições de dois em dois anos, como forma de mobilizar a sociedade em torno da melhoria constante na atuação dos governantes.



Ramez Tebet: o eleitor exige mudanças no funcionamento dos partidos

Conecte-se ao Senado em Tempo Real

Acompanhe as atividades do Senado, no momento em que estão acontecendo.

Subsistema de Projetos Especiais - NCOM

www.senado.gov.br

Alcântara defende programa de educação política de jovens

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a adoção de um programa de educação política para a juventude. Segundo o parlamentar, esse programa deve estimular iniciativas práticas que animem a inserção do jovem em seu cotidiano político, além de incorporar tópicos históricos, filosóficos, antropológicos e sociológicos. O senador imagina que esta proposta deve reverter parcialmente a preferência dos jovens por outras profissões, em detrimento da carreira política.

Alcântara citou pesquisa da Fundação Perseu Abramo, segundo a qual a alienação política dos jovens cresce na proporção inversa de sua

crença no regime democrático. A pesquisa destaca que 81% dos entrevistados não confiam nos partidos nem nos políticos. Outros 60% acreditam não influenciar em nada para mudar o rumo do país. A pesquisa constatou ainda que 70% dos jovens nunca participaram de manifestações ou assinaram documentos de protesto ou reivindicação.

O parlamentar do Ceará afirmou que, apesar dessas estatísticas, a juventude brasileira mostrou, nas últimas eleições, que não está de braços cruzados. Lúcio Alcântara destacou que o alistamento eleitoral de jovens de 16 e 17 anos, embora facultativo, aumentou.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

5h55 – *Senado em Pauta*
6h – *Unip*: Empresas de bom coração
6h30 – *Debate*: Sen. Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um Sonho – As memórias de um Comunista*
7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: Sen. Geraldo Althoff fala sobre os hospitais Universitários
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola* – Uma TV Cheia de Histórias – Porto Alegre/RS
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Cores do Brasil* – Turismo no Pará
9h30 – *Entrevista*: Sen. Ernandes Amorim fala sobre a dívida do Banco de Rondônia
10h – Comissão de Assuntos Econômicos (vivo)
Logo após: Comissão de Educação
13h30 – *Debate*: Sen. Roberto Freire e o escritor Marco Antônio Coelho falam sobre o livro *Herança de um*

Sonho – As memórias de um Comunista
14h30 – Sessão Plenária (vivo)
Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (vivo)
21h – *Jornal do Senado*
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – *Agenda Senado*
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
19h – *A Voz do Brasil*
Em seguida – Música e informação
20h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Nordeste*
Em seguida – Música e informação
21h – *Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste*
Em seguida – Música e informação
21h30 – *Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste*
24h – Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida – Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1, 17, 1, 7

Banestado foi subavaliado para privatização, diz Álvaro

Senador considera “privilegio inaceitável” o compromisso do governo estadual de manter todos os seus recursos no banco durante cinco anos

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) voltou a denunciar em Plenário irregularidades no processo de privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado). Ele aguardava ontem o julgamento de ação popular movida por ele e pelos demais senadores paranaenses, Osmar Dias (PSDB) e Roberto Requião (PMDB), visando à suspensão do leilão e a nulidade de todos os atos do governo estadual em torno do processo de privatização.

Uma das razões alegadas na ação popular é a subavaliação do Banestado, feita pelo Banco Fator. De acordo com o senador, o governo do Paraná pretende leiloar o Banestado – que já está dando lucro – pelo preço mínimo de R\$ 434 milhões, quando apenas o patrimônio líquido da instituição atinge o patamar de R\$ 535 milhões. Ele disse que o Banco Fator avaliou o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) em um bilhão de reais abaixo do que deveria.

Foram ignorados, no preço do



Álvaro Dias destacou que o Banestado já foi a sétima instituição do país

leilão, os créditos tributários de que o Banestado dispõe e o prédio onde fica a sede do banco. Além disso, para o senador, o compromisso do governo estadual de manter todos os seus recursos no Banestado durante cinco anos após sua venda caracteriza mais um privilégio inaceitável. Outros itens prejudiciais ao Paraná seriam a inclusão, no leilão, de 21% das ações da Companhia Energia Elétrica (Copel) e a obrigação de pa-

Osmar quer punição de responsáveis por rombo

Na expectativa de que o leilão de privatização do Banco do Estado do Paraná (Banestado) seja suspenso pela Justiça, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) desafiou o governador do estado, Jaime Lerner, a cancelar o leilão e punir os responsáveis, “alguns ocupando cargos no governo”. Enquanto nada fizer, disse, o governador lhe dará o direito de “pensar que ele está atolado até o pescoço nessa lama”.

Osmar Dias reiterou a afirmação dos dois diretores do Banco Central, Tereza Grossi e Carlos Eduardo Freitas, segundo as quais “uma quadrilha assaltou o Banestado” e que essa quadrilha, conforme auditoria realizada no banco, lá se instalou a partir de 1995.

– Frente a isso, Jaime Lerner limita-se a ir à televisão com cara de paisagem e dizer que não tem nada a ver. Foi o governador que nomeou os diretores que assaltaram o banco – afirmou o senador.

Conforme Osmar Dias, o leilão deve ser suspenso para que os paranaenses saibam o que o governo estadual fará para recupe-



Osmar Dias lembra que diretores do Banestado foram nomeados por Jaime Lerner

rar o dinheiro desviado. Manter o leilão, a seu ver, é simplesmente dar o banco “ao Bradesco ou ao Itaú”, pois recebeu informação de que o preço de venda do banco (cerca de R\$ 450 milhões) será coberto, com folga, por créditos em liquidação (R\$ 1,3 bilhão) e tributários (R\$ 1,6 bilhão) e por ações da Copel dadas em garantia em operações com precatórios (R\$ 430 milhões).

A recuperação de apenas 30% dos créditos em liquidação bastará para cobrir as despesas com a

gar a dívida de R\$ 5 bilhões, que será assumida pelo estado.

– Todo o processo de privatização do Banestado é um festival de irregularidades e de desrespeito à sociedade e à lei – classificou Álvaro Dias, lamentando a publicidade de “má-fé” feita pelo governo estadual a favor da privatização. Ele mencionou também o fato de que somente três bancos foram selecionados para o leilão.

Álvaro Dias lembrou que o Banestado já foi a sétima maior instituição financeira do país, com uma imensa importância para o desenvolvimento do Paraná, incentivando atividades econômicas de cunho social e possibilitando a implementação de vários programas estaduais. Ele destacou ainda a responsabilidade do Banco Central na questão.

– Jamais poderíamos imaginar que uma instituição tão sólida sofresse um processo assim, que ocorreu graças à quadrilha que subiu ao poder no banco – concluiu.

compra do Banestado, o que certamente não será bom para o Paraná, como a propaganda do governo tem insistido em proclamar nas televisões, disse.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) assegurou, em aparte, que Lerner tem pleno conhecimento da corrupção no Banestado. O senador garantiu ter informado o governador das irregularidades, quando ainda acreditava que Lerner não as conhecia. “A quadrilha não está apenas no banco, a quadrilha é o governo e o chefe da quadrilha é o governador”, ressaltou.

Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) considera fundamental que a subcomissão criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos analise a situação dos bancos estaduais. “O caso do Banestado não é único; ao contrário, a realidade da maioria dos bancos estaduais que estão sendo privatizados é que eles foram saqueados pelos mesmos parasitas que hoje se apresentam como os mais ferozes defensores da privatização”, afirmou.

Simon quer ampliar debate sobre fome no país

O senador propôs que participantes do fórum O Ataque à Pobreza, que está sendo realizado pelo Banco Mundial em Brasília, discutam o tema com o Senado, aproveitando o trabalho realizado por comissão que já estudou o tema

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem o aprofundamento e a ampliação do debate sobre a fome no Brasil, aproveitando a abertura em Brasília do fórum O Ataque à Pobreza, promovido pelo Banco Mundial. O encontro, iniciado ontem e que prossegue até amanhã, terá a presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan, da presidente do conselho do programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, do ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque (PT), da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) e do economista Albert Fishlow, além do vice-presidente do banco, David Ferranti.

– Vou propor que a comissão responsável pelo fórum possa debater a questão da fome com uma comissão do Senado – disse. Simon foi designado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para substituí-lo no evento. Antonio Carlos viajou a Belo Horizonte (MG) para participar do enterro de Paulo Tarso Flecha de Lima Júnior, filho do



Pedro Simon defendeu a destinação de mais recursos do Orçamento para combater a pobreza

embaixador do Brasil em Roma.

Simon disse acreditar que um debate paralelo ao fórum propiciaria o resgate do material resultante das discussões realizadas pela comissão do Senado que estudou saídas para o problema da fome. Além disso, poderia gerar nova sugestão destinada a di-

minuir a fome, já que a proposta de emenda constitucional (PEC), apresentada por Antonio Carlos Magalhães, para pôr em prática as conclusões da comissão foi neutralizada pela ação do governo, segundo Simon. Ele lembrou que o relator da PEC, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), reduziu o valor orçamentário do programa de combate à fome previsto originalmente na emenda, atendendo a orientação do ministro Pedro Malan.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) mostrou desencorajamento no fórum, uma vez que as autoridades do Banco Mundial já definiram com o Executivo os termos do programa de ajuda ao Brasil e

do relatório sobre a situação do país. Por isso, as discussões não teriam nenhum efeito prático, afirmou. A senadora reclamou também da recusa, por parte dos técnicos do banco, em discutir com os senadores os pontos das operações de crédito que cabe ao Senado autorizar.

– Todas as vezes que se fecha uma porta, abre-se uma janela – respondeu Simon, defendendo a participação dos senadores no evento realizado pelo Banco Mundial. O senador Lauro Campos (PT-DF) sugeriu que “uns três ou quatro pobres” fossem convidados ao encontro para que Malan os conhecesse.

Senado participa da 4ª Bienal Internacional do Livro em Fortaleza

A partir de hoje, até o dia 22 de outubro, o Senado participa da 4ª Bienal Internacional do Livro, que está sendo realizada em Fortaleza (CE). Durante a mostra, no dia 20, às 18h, o presidente do Conselho Editorial, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lançará os livros *Dom Helder, o Mensageiro da Paz*, organizado pelo Padre Caramuru, e *Discurso Autoritário de Cairu*, de João Alfredo Montenegro, entre outras obras que serão apresentadas em primeira mão aos visitantes da bienal.

Em seu estande, o Senado também irá apresentar importante publicação para os deficientes visuais cearenses: a versão em braile da Constituição do Estado do Ceará, que será distribuída a representantes de associações de cegos. A publicação terá grande importância nas feiras do livro das quais o Senado participa, uma vez que as editoras e livrarias dificilmente oferecem obras para esse segmento da população.

O estande do Senado na bienal vai oferecer gratuitamente aos visitantes o livro *Dados Biográficos dos Senadores do Ceará*. A publicação traz informações completas sobre os 61 senadores que o estado elegeu desde a inauguração do Senado, em 1826, entre eles o escritor José Alencar.



A Constituição brasileira é uma das grandes atrações do estande. Por apenas R\$ 7, o exemplar vendido no estande está atualizado até as emendas constitucionais 29 e 30, promulgadas em setembro. Se preferir, o visitante pode levar a Constituição em disquete, por apenas R\$ 2.

Além das publicações, o estande do Senado costuma receber grande número de pessoas interessadas em assistir à TV Senado e em navegar pelas páginas da Casa na Internet. A



Lúcio Alcântara lançará no dia 20 vários livros publicados pela Senado

assinatura do *Jornal do Senado* poderá ser feita gratuitamente no local.

Para as crianças, o Senado oferece a revistinha *Jovem Cidadão*, com jogos e textos que introduzem noções de cidadania. Uma mostra de documentos raros, como as cartas de renúncia de dom Pedro I e do ex-presidente Jânio Quadros, também estará exposta no estande.

Lançamentos do Senado durante a 4ª Bienal Internacional do Livro
Viagem ao Brasil (1865-1866), de Luis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz
Viagem a América Meridional descendo o Rio Amazonas, de Charles-Marie de La Condamine
Pareceres dos Consultores Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, tomos I e II (1903-1912)
Dados Biográficos dos Senadores do Ceará (1826 a 2000) - 2ª Edição
Dom Helder, o Mensageiro da Paz, organizado pelo Padre Caramuru
Discurso Autoritário de Cairu, de João Alfredo Montenegro
Constituição do Estado do Ceará em Braile

Marina Silva defende a adoção de nova ética nas políticas econômicas

A senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) participou ontem do fórum O Ataque à Pobreza, que está sendo promovido em Brasília pelo Banco Mundial. Ela defendeu a adoção de uma nova ética nas políticas econômicas, visando ao combate efetivo à miséria. Para Marina, que apontou o imenso abismo social existente no Brasil e no mundo, uma política econômica movida pela ética deve não apenas combater a desigualdade social utilizando medidas compensatórias, mas tem o dever de apresentar alternativas que impeçam a manifestação da pobreza.

– O aparente consenso mundial, dos mais diversos setores políticos e sociais, de que os níveis de pobreza são inaceitáveis ainda não produziu resultados efetivos – disse Marina. Ela também criticou o conceito de “política do possível”, em que se limita, com argumentos tecnocratas, o alcance do combate à miséria. Também falaram durante os debates realizados ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e a presidente do conselho do programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso, além do vice-presidente do Banco Mundial, David de Ferranti, e do vice-

presidente sênior da instituição, Nicholas Stern. Malan afirmou que o controle da inflação e o crescimento são fundamentais para o combate à pobreza, e destacou que “os índices de pobreza no país, apesar de vergonhosos, estão melhorando”. Dona Ruth Cardoso destacou a necessidade de mudar as políticas tradicionais de combate à pobreza, criando-se soluções menos paternalistas. Ela mencionou a experiência do Banco do Povo, em Bangladesh, que facilita pequenos créditos. Ferranti disse que visitou comunidades pobres no Brasil e que o mundo tem muito a aprender com as soluções brasileiras. Stern defendeu a qualidade e a transparência na aplicação de recursos. Os representantes do Banco Mundial disseram estar impressionados com os avanços da economia do país. Presente ao fórum, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que acreditava na possibilidade de os participantes do encontro receberem informações provenientes da comissão de combate à pobreza, criada pelo Senado, da qual ele e a senadora Marina fizeram parte.